

GOTHAM É AQUI. UMA ANÁLISE POSSÍVEL DO FILME JOKER

Gotham is here. A possible analysis of the film Joker

Gotham est là. Une analyse possible du film Joker

Gotham está aquí. Un posible análisis de la película Joker

Carlos Mendes Rosa¹©

Universidade Federal do Tocantins, Departamento de Psicologia, Miracema do Tocantins, TO, Brasil²

Elydia Leda Barros Monteiro³©

Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, MG, Brasil

Resumo

A presente resenha crítica versa sobre a obra cinematográfica “The Joker”, do diretor Todd Phillips, apresentado ao público em 2019. O texto busca refletir sobre o quão perto da realidade brasileira estão as condições impostas ao protagonista Arthur Fleck, o quanto estas são invisíveis aos expectadores do filme e em que medida essa invisibilidade faz parte de um programa de manutenção de um modelo explorador e desigual; que viola direitos humanos e se mantém, exclusivamente, pela efetividade das políticas de Estado e de mercado em esconder tais objetivos nas irreais estruturas de abstração, de impessoalidade e mérito. A análise crítica parte das relações de trabalho apresentadas no filme e se desenvolve em torno dos afetos mobilizados pela película e pelo atual momento social e político brasileiro.

Palavras-chave: Violência; trabalho; neoliberalismo; invisibilidades.

Abstract

This critical review is about the cinematographic work “The Joker”, by director Todd Phillips, presented to the public in 2019. The text seeks to reflect on how close to the Brazilian reality the conditions imposed on the protagonist Arthur Fleck are, how invisible they are to viewers of the film and to what extent this invisibility is part of a program to maintain an exploratory and unequal model; which violates human rights and is maintained exclusively by the effectiveness of State and market policies in hiding such objectives in the unreal structures of abstraction, impersonality and merit. The critical analysis starts from the work relationships presented in the film and develops around the affections mobilized by the film and the current Brazilian social and political moment.

Keywords: Violence; job; neoliberalism; invisibilities.

Résumé

Cette revue critique porte sur l'œuvre cinématographique «The Joker», du directeur Todd Phillips, présentée au public en 2019. Le texte visant à réfléchir sur la proximité de la réalité brésilienne avec les conditions imposées au protagoniste Arthur Fleck, sur la invisibilité aux téléspectateurs du film et dans quelle mesure cette invisibilité fait partie d'un programme de maintien d'un modèle exploratoire et inégal; qui viole les droits de l'homme et est maintenu exclusivement par l'efficacité des politiques de l'État et du marché à cacher ces objectifs dans les structures irréelles d'abstraction, d'impersonnalité et de mérite. L'analyse part des relations de travail présentées

¹ carlosmendesrosa@gmail.com

² Rua Lourdes Solino, s/n, sala 52, Setor Universitário, Miracema, TO

³ elydialeda@yahoo.com.br

dans le film et se développe autour des affections mobilisées par le film et de l'actualité sociale et politique brésilienne.

Mots clés: Violence; travail; néolibéralisme; invisibilités.

Resumen

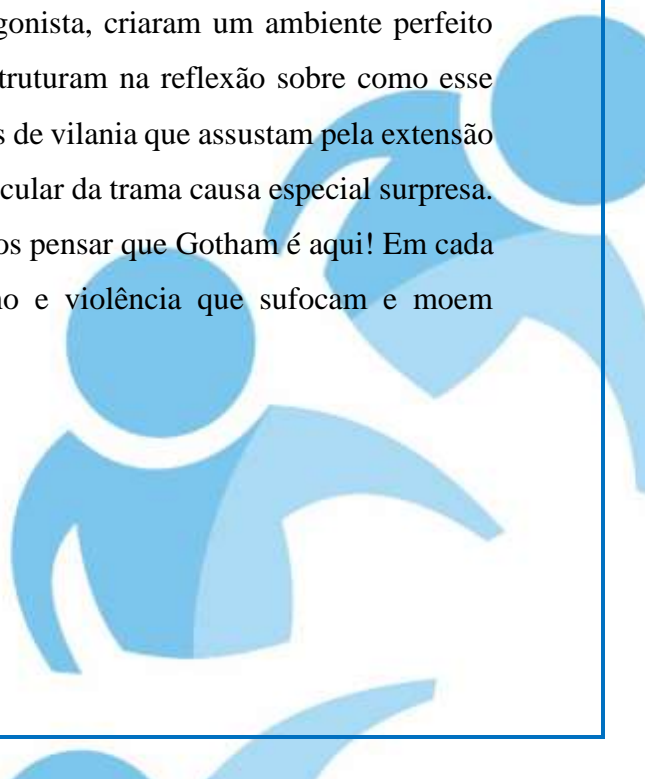
Esta reseña crítica trata sobre la obra cinematográfica “The Joker”, del director Todd Phillips, presentada al público em 2019. El texto busca reflexionar sobre cuán cercanas a la realidade brasileña están las condiciones impuestas al protagonista Arthur Fleck, cuán invisibles son estos para los espectadores y hasta qué punto esta invisibilidad es parte de un programa para mantener un modelo de exploración y desigualdades; que viola los derechos humanos y se mantiene, exclusivamente, por la efectividad de las políticas estatales y de mercado al ocultar tales objetivos em las estructuras irreales de abstracción, impersonalidad y mérito. El análisis crítico parte de las relaciones laborales presentadas em la película y se desarrolla al rededor a los afectos movilizados por la película y el momento social y político brasileño actual.

Palabras clave: Violencia; trabajo; neoliberalismo; invisibilidades.

Introdução

Depois de tanta repercussão e surpresa com a história do personagem Coringa (JOKER na versão original), narrativa que coloca o pacato, embora adoecido, Arthur Fleck como o personagem complexo que passa de vilão historicamente conhecido por várias gerações que acompanham o Batman a uma personagem que desperta comiseração e retira do público até um sentimento de justificação em razão de sua história de abandonos e violências sofridas, decidimos apontar algumas contribuições que julgamos interessantes acerca dessa obra cinematográfica e estética. Evidente que outros apontamentos e vieses podem ser tomados, pois a riqueza de uma obra de arte é a sua capacidade de nunca se esgotar e jamais deixar de despertar novas e instigantes emoções e reflexões.

Inicialmente, notamos que as críticas à narrativa do filme se centram na ideia de como o abandono e violências extremas, sofridas pelo protagonista, criaram um ambiente perfeito para acentuar seu desequilíbrio mental. Também se estruturam na reflexão sobre como esse contexto de violências cotidianas criam comportamentos de vilania que assustam pela extensão de seus efeitos na sociedade. A reação a esse ponto particular da trama causa especial surpresa. Afinal, se extrapolarmos os limites da narrativa, podemos pensar que Gotham é aqui! Em cada município brasileiro há situações agudas de abandono e violência que sufocam e moem crianças, jovens, adultos e idosos.



A gênese do Joker: das raízes históricas do(s) mal(es)

A história do filme remonta ao surgimento do personagem Coringa, relacionado diretamente com os danos causados pelos inúmeros sofrimentos impostos a Arthur, em todos os níveis de relação.

Nesse tópico se pretende propor uma reflexão sobre os elementos de vulnerabilidade que decorrem de macro estruturas sociais e políticas oriundas da modernidade; como estas se formaram dentro de uma perspectiva excludente; e como afetam não apenas o personagem Arthur (ficcional), mas a grande parte das pessoas que vivem em países periféricos como o Brasil. Tais afetações decorrem, ainda, do atrelamento do reconhecimento da posição de humanidade ao preenchimento de condições exteriores determinadas por estruturas axiomáticas de Estado e mercado; características essas que abrangem países desenvolvidos ou não..

Após a implantação dos ideais liberais na dinâmica dos Estados, na aurora do século XVIII, as relações na política passam a se fundar nas concepções contratuais (não necessariamente regulamentadas pelas origens, pelas castas). Essa alteração cria uma ideia abstrata de igualdade universal, na qual cabe o conceito de dignidade potencialmente acessível a todos (sobretudo com as discussões teóricas sobre direitos humanos crescendo no mundo), sem haver clareza, porém, de que esta depende do atendimento de critérios referentes a trabalho e renda. Assim, a noção de honra da antiguidade, como elemento subjetivo inerente à pessoa (de acordo com sua classe social), se dilui face ao recém-criado ideal de dignidade, que apesar de potencialmente universal, está acessível apenas a quem possa trabalhar (Souza, 2004).

Essa mudança de eixo cria a ilusão de que todas as pessoas são iguais, sem que, todavia, sejam de fato. Isso permite que todos busquem a conformação a este modelo (trabalho e renda para ascender à condição de digno) sem perceber que se trata de uma armadilha do Estado e mercado para aumentar seu poder. “A generalização dessas precondições torna possível a concepção de “cidadania”, ou seja, um conjunto de direitos e deveres no contexto do Estado-nação compartilhado por todos numa pressuposição de efetiva igualdade” (Souza, 2004, p. 83).

No filme, muitas das violências sofridas por Arthur decorrem da clara condição de indignidade do personagem, vez que não atende aos critérios mínimos de trabalho (bicos como palhaço divulgando produtos) e renda (que apenas auxilia na manutenção de um apartamento pequeno, velho e em precárias condições) necessários à condição de cidadão americano. Em virtude disso, ele é agredido no trabalho, é ridicularizado quando tenta desenvolver outra atividade, e é invisibilizado no atendimento de saúde.

Inclusive, a violência ocorre antes mesmo do início da narrativa linear. O filme indica que o personagem fora vítima de agressões por parte da mãe, como um provável desdobramento da precariedade do amparo estatal e consequente não atendimento da demanda de saúde mental e física às mulheres de forma gratuita e universal (correlato espelhado da realidade do Sistema Único de Saúde brasileiro, alvo privilegiado das atuais práticas necropolíticas).

A noção de necropolítica pode ser pensada com um avanço da teoria foucaultiana de biopoder.

Na formulação de Foucault, o biopoder parece funcionar mediante a divisão entre as pessoas que devem viver e que devem morrer. Operando com base em uma divisão entre os vivos e os mortos, tal poder se define em relação a um campo biológico – do qual toma o controle e no qual se inscreve. Esse controle pressupõe a distribuição da espécie humana em grupos, a subdivisão da população em subgrupos e o estabelecimento de uma censura biológica entre uns e outros (Mbembe, 2018, p; 17).

A novidade agora é que temos um Estado que não só trabalha em prol da vida de alguns poucos, como também se empenha no extermínio de determinadas classes sociais, notadamente os jovens pobres negros, as mulheres negras e a população LGBTQIA (tipicamente conhecidos como os suspeitos de sempre).

Por exemplo, a precarização do atendimento em saúde mental dado a Arthur, capitaneada por uma administração pública que demoniza servidores e não oferece condições adequadas de trabalho, e maximizada pela falta de empatia e respeito a individualidade do paciente demonstrada por alguns servidores, tal como na cena em que a funcionária não consegue perceber que o apelo para a medicalização é exatamente um grito desesperado, não pela analgesia, mas pelo tratamento das raízes do seu sofrimento. Nesse sentido, a fala do personagem quando pede por mais remédios, evidencia um cansaço e descrença no processo terapêutico pela dura constatação da absoluta indiferença da assistente social. Cabe aqui a ressalva de que a fala da assistente social nesse diálogo nos dá a impressão de que ela também pertence à mesma matriz social do protagonista.

O personagem principal da trama materializa a ideia de como as vulnerabilidades (social, psíquica, relacional, laboral, etc.) se somam e constituem uma teia fortemente emaranhada que enreda o sujeito o levando a níveis insuportáveis de apagamento social e psíquico.

Situação semelhante se vê no Brasil em que, desde a inserção no sistema escolar, já se condiciona o indivíduo à margem dos processos educacionais, que é prenúncio para a exclusão do sistema de trabalho em dignas condições e, portanto, da categoria de pessoa digna, de valor. Considerando a dinâmica social orientada pela tríade do desempenho, qualificação, posição e

salário, que reverbera no potencial de consumo como elemento distintivo, as possibilidades de o marginal acessar esse universo são maiores à margem da lei, o que o leva a outro sistema: a (in)justiça penal (Souza, 2004).

Tal correlação é estudada pela criminologia crítica, desde a segunda metade do século passado, que relaciona a dinâmica do desenvolvimento escolar com baixo aproveitamento à maximização da possibilidade de que este sujeito (do fracasso escolar) seja o alvo do sistema penal. Afinal, se considerarmos que dentre os critérios para alcançar a dignidade está a qualificação, é natural que os alunos com pior desempenho estejam na composição da massa dos desprezíveis, que são, reiteradamente, o público cativo dos cárceres. Ou nas palavras de Baratta:

A homogeneidade do sistema escolar e do sistema penal correspondem ao fato de que realizam, essencialmente, a mesma função de reprodução das relações sociais e de manutenção da estrutura vertical da sociedade, criando, em particular, eficazes contra estímulos à integração dos setores mais baixos do proletariado, ou colocando diretamente em ação processos marginalizadores (Baratta, 2011, p. 175).

A invisibilidade social, isto é, a desconsideração do sujeito no seu componente de humanidade faz parte de um consenso subliminar, simbólico, escondido pela capa da naturalização do conceito abstrato de igualdade formal.

As reorganizações sociais fundadas na tríade do desempenho criam, sobretudo nos países periféricos, grandes abismos os quais são preenchidos pelos subseres, desprovidos de dignidade, aqui considerada como valor pretensamente adquirido.

Essa é uma realidade fartamente vivenciada nas periferias brasileiras, como apontado por Zamora et al. (2005):

A honra exige provas materiais de sua existência, até porque os que dela suspeitam são sempre mais fortes. “Como assim, não tem carteira de trabalho? Devia ter! Não sabia?” A carteira de trabalho é uma insígnia, a marca da escola do trabalho como forma de sobrevivência. Além de atestar o que a pessoa é, fala do que ela não é, ou desocupado. (Zamora et al, 2005, p. 159).

O contexto acima descrito cria rivalidades entre pessoas à medida que reduz a algo conquistável, elementos que são essenciais à condição humana. Pela inserção do princípio da escassez distorcida, se difunde o ódio ao outro e a competição como se a dignidade e os valores intrínsecos ao homem fossem reservados a poucos, tais como bens escassos.

Tal modelo tem suas raízes na estrutura colonial, vez que os nativos detentores de bens e valores viviam em dualidade de posições, ora como subalternos dos estrangeiros advindos das metrópoles, ora como superiores, quando se relacionavam com os subalternos da colônia. É

aquilo que se denomina dupla consciência crioula, que marcou a transição política das Américas (Mignolo, 2005).

Como herança dessa tradição, que se estendeu pela África e Ásia (Spivak, 2014), alimentou-se a ideia de que na subalternidade o reconhecimento da humanidade depende de condições externas, alcançadas apenas por um pequeno grupo, o qual, ao conquistar, desempenha a tarefa de impedir que outros conquistem. Numa sensação ilusória de que a redução desses exemplares bem sucedidos nessa conquista refirma seus direitos.

Apesar de o filme narrar a história de um personagem norte americano, circunstância que torna necessária a análise de razões para a inclusão deste no contexto de subalterno (já que no eixo do Atlântico Norte a subcidadania não é fenômeno de massa), o enredo evidencia fartamente as condições que o personagem Arthur foi sujeitado e de como estas podem ter construído o Joker.

Nesse sentido, a proposta desse texto é refletir sobre o quão perto da realidade brasileira estão as condições impostas a Arthur, o quanto estas são invisíveis aos expectadores do filme, e em que medida essa invisibilidade faz parte de um programa de manutenção de um modelo explorador e desigual, que viola direitos humanos e que se mantém, exclusivamente, pela efetividade das políticas de Estado e de mercado em esconder tais objetivos nas irreais estruturas de abstração, de impessoalidade e mérito.

Como ponto de partida, se pretende refletir sobre o impacto das relações de trabalho, sub trabalho e não trabalho na construção da subcidadania a partir do caso de Arthur. Essa ligação é bastante forte, sobretudo nos países periféricos em que a já referida tríade do desempenho é condição essencial para a aquisição do título de humano.

Três cenas sobre trabalho

“Sem trabalho eu não sou nada, não tenho dignidade, não sinto meu valor, não tenho identidade”

Renato Russo – Música de trabalho

O filme parece se ambientar na década de 1970. Um momento histórico bastante frutífero em termos de inovações na esfera econômica e das relações de trabalho. Nesse momento, surge com bastante vigor nos Estados Unidos, no Reino Unido e em países periféricos como o Chile a implementação do neoliberalismo. Arthur se movimenta em espaços de trabalhos precarizados nos quais colegas de profissão se tornam rivais e se permitem nutrir animosidades a tal ponto de desprezar completamente o diverso, o plural.

Aqui a lógica neoliberalista aparece na sua face mais inovadora, quando muda a relação do capital com as formas de sofrimento. Se antes, no liberalismo clássico, o sofrimento era visto como um entrave à produção e ao lucro, agora este é uma moeda de troca nas relações entre o proletário e os detentores dos meios de produção. O empresário/patrão passa a compreender que uma parcela gerenciável de sofrimento, por parte de seus empregados, amplia a lucratividade dos negócios. Nesse sentido, as relações entre trabalhadores podem ser envenenadas e a concorrência desleal pode ser incitada como forma de maximizar o desempenho dos mesmos.

A política neoliberal passa a ser, desse modo, a culminância do processo exploratório, que afasta grande parte da população das condições de vida digna, espalhando seus efeitos tanto sobre o eixo coletivo das relações de trabalho (em que a pessoa é objeto que pode ser explorado ao máximo e depois substituído) quanto na esfera íntima do ser individualmente considerado, o qual se torna cada vez mais inseguro e suscetível a toda ordem de desequilíbrios orgânicos, emocionais, mentais.

Partindo do ponto de vista ético, a modernidade capitalista em seu atual estágio de desenvolvimento, fez sair seus demônios predadores. [...] Os vínculos morais, o respeito mútuo e a solidariedade para com os semelhantes se fragilizam. As relações sociais se fragmentam. A sociedade acaba se dividindo entre ganhadores e perdedores. (Rubio, 2014, p;74).

O fomento à concorrência interindividual apresenta-se também como estratégia de salvaguarda por parte do capital, criando uma significativa redução da possibilidade de alteração da relação exploratória, na medida em que desmantela possíveis formações coletivas de classe que poderiam se insurgir e reivindicar melhorias nas condições de trabalho e renda.

Como forma de proteção contra esse risco, as estruturas do mercado e Estado se apropriam das ideias protestantes do século XVI (logo após a revolução do capitalismo com a ressignificação das relações comerciais e com o advento das rotas do Atlântico), para afastar o indivíduo da organização coletiva (tecido social) e isolá-lo num modelo individualista que transforma o outro em concorrente. Esse processo começa desde cedo, quando se ensina às crianças e jovens, já nas escolas e na família a concorrerem como única forma de alcançar os valores de humanidade. Elementos como cooperação são ensinados como práticas adequadas a pessoas mal sucedidas, que se acomodam na inércia e falta de mérito para produzir.

No cerne desse roteiro está o mérito, que desconhece outras circunstâncias que não a do esforço pessoal para grandes conquistas. Há aqui uma grande armadilha: a criação de um modelo que não reconheça a coexistência do esforço com circunstâncias externas ao indivíduo, mas a

este diretamente ligado, faz com que essas circunstâncias, por mais precárias que sejam, não sejam consideradas importantes. Assim, o excluído é convidado a continuar tentando se inserir sem perceber que se trata algo de probabilidade ínfima, vez que está inserido num jogo de cartas marcadas em que a ele se reserva o lugar de perdedor. Caso ele contrarie todas as possibilidades e avance nessa escalada social, torna-se exemplar a ser explorado pela publicidade da generalidade do mérito. Afinal, ao se ter notícias de que uma coletora de material reciclado foi aprovada em um concurso público, ou que um jovem que fazia faxina e estudava no banheiro consegue ingressar no curso de medicina da USP, crê-se que as oportunidades estão à disposição de todos, bastando, para alcançá-las, de maior esforço.

Há outras incontáveis esferas de publicidade desse ideal de sacralização do trabalho, na intenção clara de disponibilizar toda a população como massa laborativa apta a ser explorada pelo mercado dentro das regras por ele (mercado) estabelecidas.

No enredo, podemos evidenciar três aspectos das relações de trabalho que guardam estreita relação com esse contexto: quando Arthur se vê obrigado a restituir o valor da placa que lhe fora roubada, a notoriedade que o seu primeiro ato criminoso ganha, especificamente, em razão das vítimas serem três promessas do mercado mobiliário e a repercussão do fato como mote para movimentos classistas que questionam a falta de direitos sociais e trabalhistas.

Na primeira, dessas três cenas, a natural indignação do expectador ao presenciar a exigência de restituição da placa ou do seu valor correspondente, atesta a flagrante desconsideração pela condição na qual o desaparecimento do objeto se deu, com a consequente revitimização do personagem que, além de ter apanhado e sido roubado, ainda se via como responsável pelo fato. Situação equivalente às novas modalidades de “trabalho uberizado” em que o trabalhador se vê, muitas vezes, obrigado a restituir a empresa/aplicativo valores por eventuais problemas com o seu próprio meio de transporte (Antunes, 2018).

A revitimização ocorre tanto no fato de o chefe do setor demonstrar descrença na narrativa de Arthur, se divertindo com seu desespero para demonstrar que a placa fora roubada, quanto pela total indiferença ao fato de ele ter sido vítima do crime. Há um absoluto desamparo sofrido pelo personagem, a exemplo de muitos trabalhadores no Brasil, vitimados pela precarização das relações laborativas. Não é incomum assistir a muitos trabalhando em graves condições de saúde, outros em idade avançada. Há mulheres com recém-nascidos entregando comida de bicicleta para adquirir o mínimo para a manutenção da prole.

Na segunda cena, presenciamos a evidência da invisibilidade social do protagonista, materializada pela importância dos homicídios no metrô, não em razão do fato em si, mas da condição das vítimas; profissionais promissores do mercado de valores. Em parte da trama se

mostra a comoção social pelas mortes. Há entrevista com o candidato a prefeito de Gotham, indignado, desolado pela perda de pessoas de bem. Esse ponto da narrativa revela a clássica reação midiática quando sujeitos detentores da condição de humano, cidadãos, aqui considerados como pessoas que atendem à tríade meritocrática são vítimas de agressão aos seus bens jurídicos mais caros (integridade física, vida, patrimônio), porque possibilita que nos vejamos na condição de possíveis vítimas. Quando isso acontece, nos chocamos, amedrontamos e usamos a mais fácil das soluções: o direito penal.

Outra importante nota que essa cena traz é a de que o algoz foi reconhecido como “o palhaço”, ou seja, uma estrutura anônima, estereotipada, cuja abstração possibilita a inclusão de vários discursos, tanto depreciativos como reativos. Discursos estes que, de fato, se personificaram na sequência fílmica dando margem aos diversos protestos dos palhaços revoltados.

Nisso, tem início a terceira cena, numa verdadeira apropriação das figuras de algoz e vítima, do assassinato do metrô como bandeira de uma demanda latente numa sociedade profundamente desigual e altamente explorada por uma minoria. Cenário muito similar ao que assistimos em alguns países da América Latina, como no Chile, em que o cerne das lutas sociais e previdenciárias está assentado na demanda por condições de trabalho e renda da população ativa e inativa.

Note-se bem que, num primeiro momento, há horror diante da morte de três “cidadãos de bem”, mas logo esse sentimento é “contaminado” pela emergência dos conteúdos violentos do psiquismo das pessoas que vão alimentando a figura do palhaço como “justiceiro” que fundamenta, em seguida, manifestações a princípio legítimas (greves por melhores condições de trabalho) que, posteriormente, e, pelo efeito manada, se desdobram para saques, homicídios, caos.

Os mecanismos que operam em favor dessa sutil passagem da consternação ao ódio e depois à violência desmedida não são simples. Primeiramente, podemos retomar com Safatle (2019) o conceito de "solidariedade negativa" presente no pensamento de Durkheim no qual um sujeito que não tem nenhuma garantia social enxerga naqueles que possuem algum amparo a figura do privilegiado e passam a validar e aplaudir ações individuais que retirem tais “privilégios” ou sistemas políticos que trabalham pela precarização total de suas populações. Esse sentimento está na base do ódio aos yuppies assassinados por Arthur, mas também pode facilmente ser expresso nas ações de alguns setores da sociedade brasileira ao se levantarem contra políticas de cotas, direitos de acesso a cidadania por parte de excluídos, criminalização de práticas racistas e homofóbicas etc. Esse quadro permite uma apreciação muito nítida de

como as garantias fundamentais (que em verdade nunca estiveram presentes de forma preponderante em todo o país) agora são também solapadas nos locais aonde elas costumavam se fazer presentes.

Teorizando um pouco mais acerca desse fato, podemos dizer que o modelo, tanto da adesão passiva às normas grupais (chamado aqui de efeito manada) quanto do fascínio pelo justiceiro, se encontram no mecanismo de identificação descrito por Freud (1920) no texto “Psicologia das massas e análise do eu”. No grupo, parte da individualidade se dilui e nos permitimos ser levados pelo controle de uma espécie de “mente coletiva”. Há certo conforto em abrir mão do direito de escolha e deixar que outro (com quem nos identificamos e somos validados pelas escolhas dos demais) tome o controle da situação e direcione nossas ações. Vale lembrar que esse Outro não precisa ser necessariamente uma pessoa, pode ser uma norma, uma ideia ou um inimigo em comum que nos convoque a agir (como é o caso das revoltas descritas no filme).

No caso do justiceiro, há uma modalidade diferente de identificação que envolve dois processos conjuntos. Primeiro, a projeção que fazemos de nossa agressividade latente na figura do suposto salvador; nós gostamos de nos imaginar fazendo aquelas coisas que ele se dispõe a realizar (dar vazão a sua raiva em atos violentos de vingança). Mais uma vez, escudados e desresponsabilizados pela justificativa do merecimento por parte daqueles que recebem a punição (merecimento esse que pode advir de qualquer lugar; algo que fizeram, uma condição de diferença, ou uma falácia acerca da vítima).

O segundo processo é a eleição de uma figura poderosa e violenta para ser colocada no lugar de pai/salvador. Aqui retomamos o mito primitivo da fundação da sociedade descrito por Freud (1913) em “Totem e Tabu”, mas também podemos pensar na lógica da ascensão de Hitler ao poder ou na eleição de Bolsonaro. Ambos com o emblema de salvador de algo que ficou perdido (o ideal alemão em um caso e a família e os valores tradicionais no outro).

O filme também não deixa de fazer uma crítica à exploração política do medo e a emergência dessa figura que virá salvar as pessoas. A segurança pública como plataforma de campanha de Thomas Wayne é uma alusão à capitalização de simpatia (e votos) com o discurso do endurecimento penal e a recuperação de valores morais.

Não podemos deixar de fazer menção à total desconsideração do valor dado às vidas humanas (as que morreram e também a que permaneceu na invisibilidade, mesmo após o seu ato criminoso). Podemos pensar em um certo consenso subliminar de invisibilidades, de subcidadania, de ralé, de vidas que são desnecessárias, desimportantes, e que por mais duro que isso soe aos ouvidos, é a vida. Tal consenso se torna uma criação eficaz para a manutenção dos

modelos de produção e de concentração de renda pelo mercado, levando aqueles que não se sujeitam ao modelo das coisas como são à condição de marginalizados, criminalizados, executados.

Além disso, trata-se ainda de disciplinar a mão-de-obra (Baratta, 2011), de docilizar corpos (Foucault, 2014), de conduzir almas ao caminho definido pelos grupos detentores do poder (influenciadores da gestão estatal e definidores do fluxo do capital mundial). Para essa finalidade se utilizam da estrutura estatal (normas excludentes nas esferas cíveis e de organização do trabalho, leis rigorosas e segregadoras na esfera penal), das estruturas do mercado (pressão sobre o mercado mobiliário, sobre os valores das moedas), das formas de organização sociais (lançamento de modelos no imaginário coletivo que constituem ideais de condutas e de relações interpessoais) e também de elementos mais íntimos do sujeito como a manipulação de seus valores de religiosidade.

A mesma cena também traz mais um ponto de importante consideração que relaciona a organização do trabalho e a violência: as violências no transporte público. E nesse tocante não se pode deixar de notar que, antes de Arthur, uma moça era assediada pelos bons rapazes cujas vidas ceifadas importavam porque sua dignidade era um status inerente às atividades rentáveis, úteis e adequadas ao sistema de produção.

O sociólogo Alain Ehrenberg (2000) no livro “O culto da performance” nos fala dessa forma de enxergar o mundo quando comenta que a figura do empreendedor desponta como modelo da vida heroica atual, aquele que corre risco, é arrojado, e se adapta às regras do mercado de capitais. O valor atribuído ao sujeito não se relaciona com nenhum valor ético ou moral que o mesmo venha a possuir ou não, mas somente aos lucros que recolhe das diferentes inserções e apostas financeiras.

Se extrapolarmos o limite da comparação, podemos pensar naqueles que ao final de 2019 comemoraram os “tímidos avanços na economia brasileira” em detrimento de todas as perdas de garantias e direitos sociais sofridas ao longo do ano, ignorando o avanço de um regime totalitário e excludente para diversos grupos identitários. Como se a economia e o mercado (o trabalho, o lucro, a produtividade) constituíssem um universo a parte do todo social, mais importante que o próprio tecido social e os sujeitos que o constituem (Brum, 2020).

A agressão que ganhou repercussão foi a que tinha como vítimas as pessoas que alcançaram o status de sujeito em razão da observância das condições meritocráticas. Porém, as ameaças de agressão sofridas por Arthur, que desencadearam os homicídios, não repercutiram (e provavelmente não repercutiriam se fosse ele o assassinado). As agressões à mulher que estava sendo assediada pelos cidadãos de bem de Wall Street também não teriam

sido. Afinal, no contexto de subalternidades, as questões de gênero ganham especial relevância, ou podemos dizer uma especial invisibilização.

A questão não é a da participação feminina na insurgência ou das regras básicas da divisão sexual do trabalho, pois, em ambos os casos, há "evidência". É mais uma questão de que, apesar de ambos serem objetos da historiografia colonialista e sujeitos da insurgência, a construção ideológica de gênero mantém a dominação masculina. Se, no contexto da produção colonial, o sujeito subalterno não tem história e não pode falar, o sujeito subalterno feminino está ainda mais profundamente na obscuridade. (Spivak, 2014, p. 85).

Nesse tocante é imprescindível reconhecer a similaridade entre a narrativa do filme com a realidade brasileira. O uso do transporte público por mulheres para se deslocarem para o trabalho, as instituições de ensino ou qualquer outro local se transforma diariamente em um pesadelo. São absolutamente recorrentes os casos de assédio, estupro, agressões ocorridas em ônibus, trens e metrô no país inteiro. Essa realidade, inclusive, motivou a separação de vagões e unidades exclusivas para mulheres em algumas capitais.

Trata-se de uma violação direta ao valor da liberdade nutrida, diariamente, pelo machismo que naturaliza a violência da dominação do corpo feminino. Também é uma forma de conformação social, vez que reitera no inconsciente coletivo que o lugar de mulher não é na disputa pelo mercado de trabalho, que a elas se reserva o que sobra.

A invisibilidade social que o protagonista experimenta em grande parte do filme só será rompida quando, de forma sórdida, sua imagem é exibida em um programa de TV em que o apresentador (seu ídolo), usa o espaço (que no imaginário de Arthur era um manancial de cenas de acolhimento) para debochar de suas habilidades desenvolvidas a despeito de graves entraves causados pelos distúrbios.

Aqui se faz necessária uma reflexão sobre o fetiche das pessoas pelos programas que revelam o pior dos valores com a reverberação do medo, em matérias que repercutem crimes graves, com a exposição de vítimas feridas, mortas, ensanguentadas; na reverberação da vingança, com depoimentos de vítimas, diretas ou indiretas, que choram, se desesperam e gritam por justiça, quando, na verdade, desejam é a maximização do mal sofrido. São verdadeiros mercadores da morte que a mídia (principalmente televisiva) cria para vender o seu produto crime.

Também exercem especial fascínio os programas cujos roteiros se fundam essencialmente no deboche e na humilhação pública de pessoas, algumas sujeitas a condições degradantes e desonrosas na perspectiva de ganhos materiais, ou visibilidade midiática. Nessa

seara vários apresentadores de programas de auditório brasileiros podem facilmente se ver representados através do personagem de Robert De Niro.

O filme explora, ainda, como as “pessoas comuns” alimentam diretamente essa fábrica de violações. Afinal, as imagens de Arthur na apresentação, repercutidas no programa de televisão, foram enviadas por expectadores que viram diversão e gozo na humilhante situação do personagem. A situação retratada não decorria de uma entrevista direta, ou de uma apresentação no programa. Essa inter-relação, ambientada nos anos 70, ganha especial significado na atualidade em que tudo se torna público e acessível em tempo real graças à popularidade dos smartphones e da internet. Há vários programas televisivos com canais diretos para essas formas de comunicação, o que torna a possibilidade de exposição do outro ainda maior.

Conhecendo o Joker – caminhos para encontrar o outro diverso

O expectador atento se permitiu incomodar com todas essas cenas. Permitiu-se sentir os abandonos e violências. Permitiu-se criar laços com um personagem que, antes de se sentar na poltrona do cinema, era considerado vilão, sórdido, sujo, detestável.

Essa mudança causou-lhe surpresa, incômodo, perturbação. Pode ter se dito: “como eu, cidadão de bem, correto e adequado ao sistema, poderia me ver justificando, ou, pelo menos, compreendendo as atitudes do Coringa?”. Arrisco a dizer que alguns possam ter se surpreendido com um “eu teria feito o mesmo e, talvez até antes dele”.

Freud (1919) escreveu um texto chamado *Das Unheimlich* que foi traduzido em algumas edições brasileiras por "O estranho". A tradução mais correta seria o *Infamiliar*, recentemente utilizada pela editora Autêntica, porque trata exatamente daquilo que é tão estranho à nossa percepção que nos incomoda e nos lembra algo extremamente próximo e familiar na parte oculta de nós mesmos. Coringa desperta essa mescla de sentimentos em nós. A angústia e o estranhamento da plateia reportam a esse mesmo registro: de algo que está entranhado em nossa sociedade, principalmente nas classes populares, mas que teimamos em não querer ver e reconhecer. Há uma verdadeira fábrica de subjetividades massacradas e excluídas que precisa urgentemente ser reconhecida para que nos tornemos mais humanos. No entanto, a maioria da população teima em continuar atribuindo à patologia e ao indivíduo, de forma isolada, a responsabilidade pelas condutas desviantes que tendem a aumentar cada dia mais.

Há a necessidade de reconhecimento dessa circunstância para que se criem condições de romper com a estrutura invisibilizante, cujos frutos são a manutenção do sistema de

desigualdades e de negação de direitos essenciais à condição de humano, independente das suas condutas ou modo de estar no mundo.

O tratamento do sujeito causador do desvio enquanto ocorrência isolada, excepcional, é duplamente prejudicial: sob o aspecto do agente porque este é cada vez mais relegado à segregação (vez que se trata, em regra, dos sujeitos oriundos dos grupos vulneráveis, que encontrarão no cárcere, no manicômio ou no jazigo as respostas sociais da malfadada tentativa de controle), e sob o aspecto da coletividade, porque se perde a oportunidade de ver e analisar o resultado de séculos de marginalização e exploração causadores diretos da realidade social vulnerabilizante e criminalizada.

Torna-se urgente comentar aqui a quase total incapacidade das pessoas de se mobilizar com histórias verdadeiras de destruição da personalidade, capitaneadas pela lógica massacrante da sociedade desigual. Apenas para citar um exemplo, personagens reais como Sandro Barbosa (sequestrador do ônibus 174) não gozaram da mesma simpatia que o Coringa quando tiveram sua imagem, exaustivamente, exposta pela mídia sedenta pelo produto crime, da qual já falamos. Enquanto uma criação dos quadrinhos, projetada por Hollywood, é capaz de comover e traz à tona essas mesmas questões sociais. Talvez, essa diferença de reações possa ser explicada por uma cômoda satisfação da capacidade de reconhecimento e empatia, sem que haja a necessidade de, efetivamente, mudar alguma coisa na realidade.

Tal fato encontra ressonância na construção de uma sociedade refém do medo como elemento estruturante do corpo social. Válido incluir aqui a assertiva de Vladimir Safatle (2015, p.?) de que “o Estado é ao mesmo tempo o bombeiro e o piromaníaco” dessa cena, pois na medida em que se apresenta como salvaguarda da população contra a violência, é também a sua forma de agir (ou de se omitir) que cria grande parte dessa mesma violência, gerando medo como saldo dessa tenebrosa equação. A pergunta que deve ser feita, então, é como uma sociedade paranoica, estruturada no medo como afeto político, que somente se abre para a realidade de abandonos e violências na segurança da sala de cinema, pode se identificar com o efeito manada causado pelo coringa no filme?

Nesse ponto é importante, porém, retomar uma crua constatação: Gotham é aqui! A surpresa do expectador não decorre do desconhecimento das condutas descritas no filme, mas sim da naturalização da violência e do abandono em razão do distanciamento do eu e do outro (outro aqui como o não igual).

O tratamento do outro é uma questão sobre a qual se debruçam expoentes da filosofia, da sociologia, do direito e da psicologia ao longo do tempo. Desde a matriz Kantiana de que a constituição humana já garante valor ao ser, o qual pode, a partir da boa vontade (educada

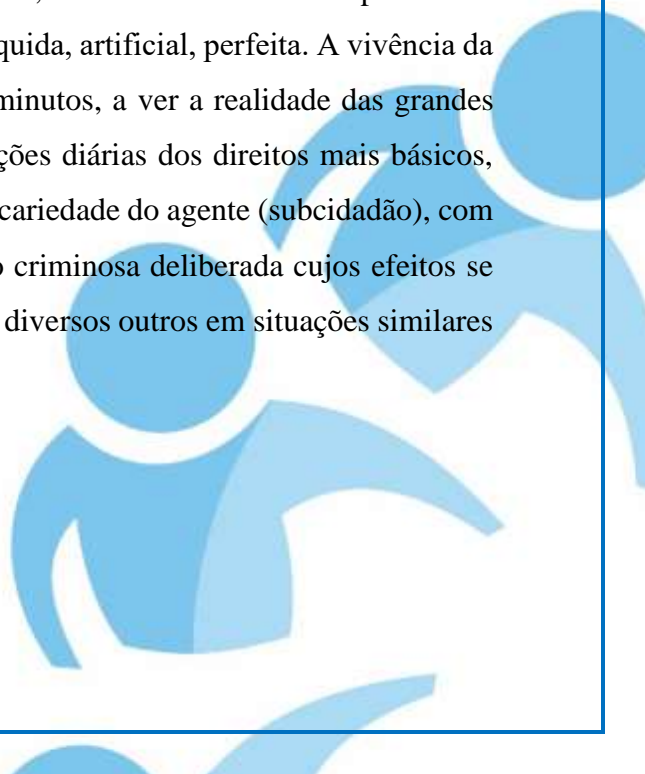
segundo parâmetros universais) praticar as melhores ações, passando pela contribuição Hegeliana da consciência-de-si como um elemento essencial para a aceitação do olhar do outro e submissão a este como elemento para criar as realidades sociais (Fenomenologia do espírito), o outro é descrito como objeto da interação com o ser e como centro de expectativas de comportamento.

Hobbesem O Leviatã (1651), antes disso, já afirmava ser o homem o lobo do homem. Logo, o outro era um rival capaz de despertar sentimentos vigorosos como o medo. Essa matriz do medo como ponto de estruturação central das relações de afetos políticos ainda perdura nas sociedades da modernidade tardia, conforme Safatle (2015).

Por todos os prismas que olhamos, o outro se configura sempre como um signo da diferença radical (o não idêntico) que nos convoca a adotar uma posição. Tal diferença entre o eu e o outro pode operar como catalisador de processos de desejo, na medida em que o eu acredita ter encontrado no outro aquilo que lhe falta (levando ao amor relacional) ou fomentar relações de animosidade onde essa mesma diferença pode ser sentida como uma agressão à minha constituição subjetiva (patologias da segregação e preconceito) (Dunker, 2015).

Todas essas reafirmações do outro como estranho, como elemento capaz de despertar o medo, tornam a proximidade da realidade de Arthur somente possível pela tela do cinema. Porém, não há significativas diferenças do ArthurFleck com os Josés, Marias e Arturs brasileiros que padecem de problemas de saúde mentais e são coagidos a agir como se não os tivessem. Não há diferenças no histórico de abandono e violências. Não há menores intensidades nas dores “de endoidecer gente sã”.

A diferença é, talvez, a de que Arthur nos acessou com a proximidade virtual da sala de cinema e os demais exigiriam o esforço do olhar nas ruas, nos arredores do nosso palácio de cristal do “eu” em que nos encastelamos na sociedade líquida, artificial, perfeita. A vivência da história de Arthur nos obrigou, ainda que por poucos minutos, a ver a realidade das grandes massas nos países periféricos: um amontoado de violações diárias dos direitos mais básicos, que são absolutamente desconsiderados em razão da precariedade do agente (subcidadão), com a completa invisibilidade social até quando há a reação criminosa deliberada cujos efeitos se alastra pelo despertar dos conteúdos reprimidos de diversos outros em situações similares de vulnerabilidades.



A revolta dos palhaços – possibilidades de capitalização política dos movimentos de massas

Dos vários comentários e críticas que o filme recebeu, nos chama a atenção uma consideração interessante feita pelo filósofo Slavoj Žižek, quando se questiona sobre os destinos que a revolta de Arthur poderia tomar. Ele afirma que o caminho da pura força disruptiva escolhido pelo protagonista já está evidenciado no filme, mas um outro que levaria a um projeto político emancipatório, exatamente por estar ausente, deve ser enxergado pelos expectadores como possibilidade. Assim, a potência transformadora do filme atingiria o seu grau máximo (Žižek, 2019). Nos parece um tanto ideal esse desfecho no qual as pessoas, motivadas pela obra cinematográfica, dirigissem a sua legítima revolta contra as desigualdades sociais apresentadas ali, e que fazem eco em diversos cantos do planeta, para um movimento organizado de contestação e transformação social. Principalmente, porque aqui nesse bloco de insurreições podemos colocar (dentre as que ocorreram nos últimos anos) a Primavera Árabe e o Occupy de um lado e as marchas de extrema direita de outro. Imediatamente, percebemos que caminhos diametralmente opostos se desenham nesse cenário.

De toda forma, um ponto essencial do filme é o medo, a angústia e o incômodo que a história do Coringa produz. Esse medo se materializa pela possibilidade de que sejam despertados em nós os fatores pessoais de desajuste, num verdadeiro “efeito manada” assim como acontece na narrativa. Como dissemos, seria impossível prever quais caminhos ideológicos e políticos tal mobilização resultaria. Inclusive, fazendo uma pequena digressão histórica em dois momentos distintos (um mais próximo e outro mais distante de nossa realidade) talvez cheguemos a conclusões bastante preocupantes.

Se considerarmos o surgimento da República de Weimar na Alemanha pós Primeira Guerra, com o seu sistema semi presidencial, sua maior liberação de costumes e formas de vida, a possibilidade de convivência pacífica entre diferentes credos religiosos e tantas outras vanguardas sociais, e como todo esse movimento gestou durante 15 anos o que viria a ser conhecido como nazismo. E se pensarmos no movimento conhecido como “jornadas de junho” ocorrido no Brasil em 2013, onde a população foi às ruas aos milhões para exigir justiça social e lisura por parte dos políticos, transformando radicalmente a relação entre a população e seus representantes parlamentares, o qual também foi embrionário do avanço e consolidação da extrema direita no país; então teremos uma visão pouco otimista acerca das consequências que os afetos de transformação despertados pelo filme podem criar.

O fato é que tais aspectos simbólicos são despertados pelo filme. E o resultado pode realmente ser a loucura e destruição descontrolada como se viu no centro de Gotham. Ainda mais se levarmos em consideração que a situação brasileira atual é um caldeirão em ebulição. A maioria das pessoas (exceto os que estão comemorando) está se sentindo insatisfeita com a economia (que não melhorou como era esperado) e com a sua capacidade de compra que continua a diminuir, especialmente nos setores populares. Por exemplo, pesquisa feita pelo Pew Research Center mostra que 83% dos brasileiros estão insatisfeitos com seu sistema de governo (Dias, 2019). No entanto, o grande atizador desse descontentamento na sociedade brasileira será (ou já é?) a precarização do trabalho, consequência da reforma trabalhista recém aprovada. Essa reforma ainda não se fez sentir em seu horizonte de possibilidades porque diante do desemprego de 15 milhões de brasileiros, qualquer alternativa, por pior que seja, é bem-vinda. Mas, as pessoas vão começar a comparar as suas condições de trabalho de antes com o que elas terão agora (trabalho uberizado). E para coroar essa análise, resta a sensação incômoda de que poucos conseguirão se aposentar.

Nesse cenário, nos parece iminente a eclosão de revoltas populares, tais como vem ocorrendo nos demais países da América Latina. Apesar da tentativa bem orquestrada, e eficiente até o momento, por parte do governo, de produzir a chamada melancolização social, ou seja, passar uma ideia de anomia em tal nível que as pessoas tenham a nítida sensação que sequer vale a pena protestar; esse processo cria um claro amortecimento das paixões e indignações da coletividade. Entretanto, mesmo diante dessa paralisia temporária provocada pelas políticas de Estado e, principalmente, pela propaganda estatal embasada em sua grande maioria em notícias falsas e desinformação, acreditamos que esse movimento de contestação pode surgir no horizonte próximo.

E, como advoga Safatle (2015), não deve ser um movimento organizado por esse ou aquele setor político ou econômico, mas sim uma força desorganizada e destruidora (tal como os palhaços do filme) que venha abalar as estruturas tecnocráticas e suas estratégias de coerção bem pensadas. O resultado de tal movimento, como dissemos, nos parece imprevisível, mas o processo em que ele se dará, não será sem uma grande parcela de violência de ambas as partes (poder instituído e população). O dia seguinte pode trazer uma verdadeira revolução popular, como também pode recrudescer ainda mais o conservadorismo no qual estamos imersos.

Podemos analisar essa possibilidade de irrupção da loucura e destruição, inclusive, partindo do conceito de pulsão de morte de Freud (1920), no qual toda tendência humana seria direcionada para a autodestruição e conseqüentemente, rompimento dos laços e pactos sociais. Acreditamos, ainda, que parte da bilheteria do próprio filme se dê em razão da satisfação inócua

dessas pulsões agressivas ao contemplar a violência escancarada da trama. No entanto, o que vemos na cena coletiva atual (e também em grande parte do enredo do filme) é mais uma figura clínica clássica de desamparo frente a tudo o que se passa na sociedade (a nossa e a de Arthur).

Aqui o desamparo individual ao qual estamos todos submetidos se atualiza no desamparo social. As demandas políticas se transformam em demandas de cuidado. O sujeito, num duplo movimento, demanda ajuda e ao mesmo tempo institui o Outro (Estado, empresa) como aquele que pode atender a esse pedido de ajuda (Safatle, 2015). Num movimento reverso, deixar de pedir amparo, significa deixar de instituir o Outro como autoridade. Dessa forma, torna-se necessário aceitar a sua condição desamparada diante do mal-estar que a todos consome; ou seja, aceitar que somos tomados por afetos que, necessariamente, não controlamos. O rompimento do reconhecimento da autoridade de qualquer outro é marcado no filme quando Arthur admite que a sua vida não é uma tragédia, mas sim uma comédia e abraça a risada que irrompe sem o seu controle como parte de si.

Uma última análise que gostaríamos de fazer trata-se da constituição da personalidade de Arthur Fleck. A construção psicopatológica do personagem não é simples. Tomando como referência a psicopatologia psicanalítica, temos três grandes estruturas de personalidade que são a neurose, a perversão e a psicose. Dito de maneira simplificada, tais estruturas costumam se definir na infância, em resposta à ameaça de castração da qual nenhum de nós escapa, e se mantêm fixas em cada sujeito ao longo de toda a sua existência. Arthur, claramente, flerta durante todo o filme com a psicose, onde seus delírios e distorções da realidade chegam a confundir o espectador que não tem certeza se determinado evento ocorreu na trama ou apenas na cabeça do protagonista. No entanto, em certo momento há uma ruptura e uma consequente guinada para a perversão. Esse momento, que na verdade são dois instantes que se conectam, inicia com a confrontação em relação a sua mãe (e seus delitos passados) e a assunção do seu nome próprio: Happy.

Na teoria psicanalítica o Nome Próprio é um nome que o sujeito encontra em suas reflexões acerca do seu inconsciente e que define as modalidades de desejo e gozo daquele sujeito. Nossos nomes nos são atribuídos à revelia de nossa vontade (usualmente, pelos nossos pais ou cuidadores). Diferentemente, o nome próprio emerge a partir de uma constatação do sujeito em relação a algo que o domina, o constrange a agir de determinada maneira na vida. Pode ser uma palavra, alcunha, apelido ou mesmo um rótulo da psiquiatria que fala algo de mim (e para mim) de forma direta e inescapável. A palavra Happy fala tanto da sua risada nervosa, quanto das violências que Arthur sofria quando criança e que não eram consideradas

pela mãe (já que ele nunca estava triste), até a escolha de personagem do futuro perverso que emerge na trama: o Joker.

Esse ponto que chamamos de guinada para perversão atinge o seu clímax no momento em que ele tenta tirar a própria vida ao entrar no refrigerador, mas falha nessa tentativa. Ao cabo desses dois episódios (o assassinato da mãe e a tentativa de suicídio), um novo personagem surge na tela. Uma pessoa mais centrada, consciente do seu lugar no mundo, seguro de suas decisões, porém, completamente desprovida de contrato social.

É muito curioso, do ponto de vista estético, acompanhar também a mudança na paleta de cores da fotografia da obra cinematográfica a partir dessa virada. As cores quentes e mais expressivas (amarelo, vermelho e laranja) tomam o lugar que era majoritariamente ocupado pelo azul e pelo cinza. Impossível não se recordar da afirmação de Freud (1905, p.190) de que “a neurose é o negativo da perversão”, fazendo referência aos negativos das máquinas fotográficas que, no caso da neurose, pouco ou nada deixavam transparecer de suas versões coloridas das fotos impressas, como seriam os atos perversos.

A perversão preenche de cores intensas a vida vazia e empobrecida que o personagem carregava até aquele momento, como na cena em que Joker dança na escadaria antes de assassinar o apresentador de TV. No entanto, o preço (talvez pagável) é a abolição de qualquer traço de empatia e consideração pela existência do Outro. A partir daí uma estrutura mista de perversão e psicose dará o tom, não só desse, como de todas as versões do Coringa de Jerry Robinson, Bill Finger e Bob Kane, tanto nos quadrinhos como no cinema, alguns com mais ênfase em uma ou em outra estrutura.

Considerações finais

Joker é uma síntese caricata das possíveis consequências da Necropolítica que parece estar se tornando regra geral na maior parte dos países cuja mola mestra dos processos sociais e econômicos é o neoliberalismo, marcadamente as nações periféricas ao sistema de produção e renda. As inúmeras violações de direitos humanos as quais o personagem foi sujeitado não parecem afastadas da realidade vivenciada pela maioria dos brasileiros, que não atendem à tríade meritocrática vigente.

As questões do trabalho apresentadas nos remetem, fortemente, ao cenário atual de perda de garantias e precarização em massa das estruturas sociais que levam a falta de filtros e contrapesos políticos e jurídicos que limitam a exploração nociva da força de trabalho da população empobrecida e adoecida (em todos os níveis e conotações pensáveis). E a sensação

cômoda de que essa realidade está distante de nós (lá em Gotham) só é possível a partir da adesão tácita a uma perspectiva indiferente em relação ao que se passa com os outros e (algumas vezes) conosco mesmos.

Pensar, realmente, que “Gotham é aqui”, por mais doloroso que possa parecer, nos possibilita acessar elementos e chaves de compreensão desse contexto político econômico que talvez nos tirem da melancolia social e nos ofereçam ferramentas possíveis de resistência ou, pelo menos, de não reprodução dessas mesmas violências.

Acreditamos, realmente, que novas formas de resistência surgirão diante dos novos cenários sociais e políticos, como sempre ocorreu em nossa história. E aventamos a possibilidade de que o reconhecimento das subjetividades invisibilizadas pelo neoliberalismo e suas facetas seja um início desse processo de resistência.



REFERÊNCIAS

- Antunes, R. *O privilégio da servidão: O novo proletariado de serviço na era digital*. Boitempo. 2018.
- Baratta, A. (2011). *Criminologia crítica e crítica do direito penal. Introdução à sociologia do direito penal*. Editora Revan.
- Brum, E. (2020) Os cúmplices. *Coluna do Jornal El País*. <https://brasil.elpais.com/opiniao/2020-01-01/os-cumplices.html>
- Dias, M. (2019). Pesquisa mostra que 83% estão insatisfeitos com democracia no Brasil. *Folha de São Paulo*. <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/04/pesquisa-mostra-que-83-estao-insatisfeitos-com-democracia-no-brasil.shtml>
- Dunker, C. (2015). *Mal-estar sofrimento e sintoma*. Boitempo.
- Ehrenberg, A. (2010). *O culto da performance: da aventura empreendedora a depressão nervosa*. Editora Ideias & Letras.
- Foucault, M. (2014). *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Vozes.
- Freud, S. (1905). Três ensaios para uma teoria da sexualidade. Em: *Edição Standard Brasileira das Obras de Sigmund Freud*, (VII, p. 170-295. 1905). Imago.
- Freud, S. (1913) Totem e tabu. Em: *Edição Standard Brasileira das Obras de Sigmund Freud*, (XIII, p. 17-75. 1913). Imago.
- Freud, S. (1919) O estranho. Em: *Edição Standard Brasileira das Obras de Sigmund Freud*, (XV, p. 54-73. 1919). Imago.
- Freud, S. (1920) Além do princípio do prazer. Em: *Edição Standard Brasileira das Obras de Sigmund Freud*, (XVIII, p. 15-88. 1920). Imago.
- Freud, S. (1921) Psicologia das massas e análise do ego. Em: *Edição Standard Brasileira das Obras de Sigmund Freud*, (XVIII, p. 89-179. 1921). Imago.
- Hegel, G.W.F. (1992) *Fenomenologia do Espírito*. Vozes.
- Hobbes, T. (1991). *Leviathan*. Cambridge University Press.
- Kant, E. (2004) *Crítica da razão prática*. http://www.imagomundi.com.br/filo/kant_pratica.pdf
- Mbembe, A. (2018) *Necropolítica. Biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte*. n-1 Edições.
- Mignolo, W. D. (2005) A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. *Consejo Latino americano de Ciencias Sociales*. http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624094657/6_Mignolo.pdf

- Rubio, D. S. (2014) *Encantos e desencantos dos Direitos Humanos: de emancipações, libertações e dominações*. Livraria do Advogado.
- Souza, J. (fevereiro, 2004). A gramática social da desigualdade brasileira. *RBCS*, 19(54) <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v19n54/a05v1954.pdf>
- Safatle, V. (2015). *O circuito dos afetos: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo*. Autêntica.
- Safatle (novembro, 2019). *Limites da democracia no Brasil*. Arquivo de vídeo. <https://www.youtube.com/watch?v=D8HaJXn6Zbs>
- Spivak, G. C. (2014) *Pode o subalterno falar?* UFMG.
- Zamora, M. H. (2005) Uma noite em uma rua onde você jamais passou. Em: Zamora, M.H. & Vilhena, J (orgs.) *A cidade e as formas de viver*. (pp. 157-171). Museu da República.
- Žižek, S. (2019) “Coringa” e o grau zero da revolução. *Blog da Boitempo*. <https://blogdaboitempo.com.br/2019/11/03/zizek-coringa-e-o-grau-zero-da-revolucao/>

